

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

VETERINÁRIA

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A pasteurização é o processo de aquecimento de cada partícula de leite ou produto lácteo, em equipamento adequadamente projetado e operado. Esse tratamento térmico deve alcançar o binômio tempo/temperatura adequado afim de garantir a qualidade do processo. Após adequada pasteurização, o leite deve apresentar as seguintes características qualitativas:

- (A) fosfatase alcalina positiva e peroxidase positiva.
- (B) fosfatase alcalina positiva e peroxidase negativa.
- (C) fosfatase alcalina negativa e peroxidase positiva.
- (D) fosfatase alcalina negativa e peroxidase negativa.

QUESTÃO 32

Amostra de leite cru com densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius) igual 1,017 (um inteiro e dezessete milésimos) e índice crioscópico de -0,510°H (quinhentos e dez milésimos de grau Hortvet negativos), pode indicar fraude por:

- (A) adição de água.
- (B) adição de conservantes.
- (C) adição de neutralizantes.
- (D) adição de soro de leite.

QUESTÃO 33

Quanto a subtração de componentes do leite, o desnate é uma das principais fraudes, afetando o teor de gordura. O leite cru refrigerado deve apresentar teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas). O teste tradicional indicado para determinação do teor de gordura no leite cru refrigerado é chamado:

- (A) determinação de Sólidos Não-Gordurosos.
- (B) estabilidade ao Alizarol 72%.
- (C) método de Gerber.
- (D) teste de Dornic.

QUESTÃO 34

Conforme legislação brasileira vigente, compõe uma das especificações físico-químicas do leite cru refrigerado:

- (A) instabilidade ao alizarol na concentração mínima de 72% v/v (setenta e dois por cento).
- (B) acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido láctico/100 ml.
- (C) teor mínimo de glicose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas).
- (D) teor máximo de proteína total de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas).

QUESTÃO 35

De acordo com o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (2020), leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser expedido ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a:

- (A) 15°C.
- (B) 7°C.
- (C) 5°C.
- (D) 2°C.

QUESTÃO 36

Estabelecimento intermediário entre as propriedades rurais e as unidades de beneficiamento de leite e derivados destinado à seleção, recepção, mensuração de peso ou volume, filtração, refrigeração, acondicionamento e expedição de leite cru refrigerado, facultada a estocagem temporária do leite até sua expedição:

- (A) queijaria.
- (B) posto de refrigeração.
- (C) unidade de beneficiamento.
- (D) fábrica de laticínios.

QUESTÃO 37

Nos casos em que, no ato da inspeção *post mortem* de aves se evidencie a ocorrência de doenças infectocontagiosas de notificação compulsória imediata, cabe ao Serviço de Inspeção Federal:

- (A) interditar a atividade de abate; isolar o lote de produtos suspeitos e mantê-lo apreendido enquanto se aguarda definição das medidas epidemiológicas de saúde animal a serem adotadas.
- (B) avaliar as lesões macroscópicas; descartar as partes das carcaças com alterações e destinar o restante ao aproveitamento condicional.
- (C) continuar o abate; descartar as carcaças com lesões sistêmicas e liberar as demais carcaças sem lesão para consumo *in natura*.
- (D) apreender o lote; descartar as carcaças e órgãos das aves do lote e dar continuidade ao abate.

QUESTÃO 38

A carcaça de ave que apresente evidências de aerossaculite focal e restrita deve ser julgada da seguinte forma:

- (A) condenação total.
- (B) condenação do lote.
- (C) condenação dos sacos aéreos.
- (D) condenação das partes atingidas.

QUESTÃO 39

Carcaças são massas musculares e os ossos do animal abatido, tecnicamente preparado, desprovido de cabeça, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, respeitadas as particularidades de cada espécie. Porém, nas carcaças de suídeos é facultativa a retirada de:

- (A) cauda, rins, cabeça.
- (B) pele, pés, pescoço.
- (C) pele, cabeça, pés.
- (D) rins, pescoço, cabeça.

QUESTÃO 40

Os estabelecimentos de abate com selo SIF devem dispor de programas de autocontrole que sejam implantados e executados de forma comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (2020) e em normas complementares, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos. Um estabelecimento de abate com selo SIF deve conter, no mínimo, os seguintes programas de autocontrole:

- (A) boas práticas de fabricação; procedimentos sanitários operacionais; controle integrado de pragas.
- (B) bem-estar animal; boas práticas de fabricação; procedimento padrão de higiene operacional; análise de perigos e pontos críticos de controle.
- (C) controle de temperaturas; controle integrado de pragas; análise de perigos e pontos críticos de controle.
- (D) bem-estar animal; procedimento padrão de higiene operacional; análise de perigos e pontos críticos de controle.

QUESTÃO 41

Na inspeção *ante mortem*, quando forem identificados bovinos suspeitos de zoonoses ou enfermidades infectocontagiosas, ou animais que apresentem reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser

- (A) suspenso e as atividades de abate devem ser paradas até diagnóstico definitivo.
- (B) suspenso; os animais devem retornar ao local de origem e a propriedade deverá ser notificada.
- (C) realizado imediatamente e a carcaça deve ser obrigatoriamente desviada da linha de abate para inspeção *post mortem* detalhada.
- (D) realizado separadamente dos demais animais e devem ser adotadas as medidas profiláticas cabíveis.

QUESTÃO 42

Sobre recebimento de fêmeas com sinais de parto recente ou aborto, em abatedouros,

- (A) deverão ser tratadas, monitoradas e depois retiradas do estabelecimento para melhor aproveitamento, observados os procedimentos definidos pelo serviço de saúde animal.
- (B) deverão ser submetidas a abate emergencial imediato e avaliadas detalhadamente durante a inspeção *post mortem*.
- (C) poderão ser abatidas com, no mínimo, após dez dias, contados da data do parto, desde que não sejam portadoras de doença infectocontagiosa.
- (D) poderão ser abatidas no final da linha de matança desde que tenham parido com, no mínimo, 48 horas que antecedem o abate e não tenham evidências de doenças infectocontagiosas.

QUESTÃO 43

Produto obtido por meio de hidrólise térmica, química ou enzimática, ou a combinação desses processos, da proteína colagênica presente em cartilagens, tendões, peles, aparas ou ossos das diferentes espécies animais, seguida de purificação, filtração e esterilização, concentrado e seco, é denominado:

- (A) carne mecanicamente separada.
- (B) caldo de carne.
- (C) *jerked beef*.
- (D) gelatina.

QUESTÃO 44

A Instrução Normativa nº 5, de 1 de março de 2002, preconiza que a imunização contra Raiva seja realizada na dosagem de 2 ml por animal, independentemente da idade, por via subcutânea ou intramuscular, com aplicação de

- (A) vacina inativada.
- (B) vacina recombinante.
- (C) vacina viva atenuada.
- (D) vacina de subunidade.

QUESTÃO 45

Para efeito da revacinação de ruminantes, considera-se que a duração da imunidade conferida pela vacina antirrábica é de, no máximo,

- (A) 6 meses.
- (B) 12 meses.
- (C) 24 meses.
- (D) 48 meses.

QUESTÃO 46

As úlceras abomasais acometem tanto os bovinos adultos quanto os bezerros. Afetam a curvatura maior abomasal e podem ser observadas de maneira única ou múltipla. Como prevenção, é necessário:

- (A) minimizar o estresse por meio de boas práticas de manejo, utilizar fármacos inibidores da bomba de prótons, oferecer apenas concentrado com tamanho das partículas menores e evitar o fornecimento de volumoso.
- (B) minimizar o estresse por meio de boas práticas de manejo, fornecer volumoso de boa qualidade e oferecer concentrado com tamanho das partículas maiores.
- (C) administrar probióticos e antibióticos de maneira profilática, atualizar o protocolo vacinal, evitar o fornecimento de volumoso e oferecer concentrado com tamanho das partículas maiores.
- (D) administrar fármacos inibidores da bomba de prótons, atualizar protocolo vacinal, administrar probióticos e antibióticos de maneira profilática e oferecer concentrado com tamanho das partículas menores.

QUESTÃO 47

As forrageiras das pastagens não possuem em quantidades necessárias todos os nutrientes essenciais ao bom desempenho reprodutivo e produtivo do gado. Esses déficits nutricionais se acentuam à medida que as forrageiras completam seu ciclo de crescimento. Tal fato, faz com que haja a necessidade da suplementação mineral, que visa adicionar à dieta de pasto alguns desses minerais. O conceito de suplementação mineral parte do princípio de que cada animal consome da mistura mineral à sua disposição, a quantidade necessária para atender às suas demandas metabólicas. No entanto, para a formulação de uma determinada mistura mineral deve ser considerado o

- (A) estado fisiológico do animal, o tipo de pastagem e a época do ano.
- (B) controle sanitário, a raça e o calendário vacinal.
- (C) calendário vacinal, o controle sanitário e a época do ano.
- (D) tipo de pastagem, o calendário vacinal e a raça.

QUESTÃO 48

Dentre os sistemas de monta, existe aquele em que o touro permanece no rebanho durante todo período do ano. Como consequência,

- (A) os nascimentos se distribuem por vários meses e a aplicação das práticas dos manejos nutricional e sanitário são facilitadas, pois podem ser aplicadas em diferentes épocas ao longo do ano. Além disso, há uma queda nos gastos com suplementação alimentar já que grande parte do rebanho poderá nascer em uma época de grande oferta de alimentação.
- (B) a fertilidade do rebanho aumentará, pois o estabelecimento de um período ou de uma estação de monta não influencia na fertilidade do rebanho. Os nascimentos serão concentrados em meses específicos do ano o que permitirá que o período de maior exigência nutricional dos animais coincida com o de maior disponibilidade de forrageiras.
- (C) o manejo das matrizes e das respectivas crias é facilitado pela diferença nas datas e épocas dos nascimentos. Além de facilitar os controles zootécnico e sanitário do rebanho pela falta de uniformidade das crias, a fertilidade do rebanho poderá aumentar, pois o estabelecimento de um período ou de uma estação de monta não tem impacto na fertilidade do rebanho.
- (D) os nascimentos se distribuem por vários meses, dificultando o manejo das matrizes e das respectivas crias, além de dificultar os controles zootécnico e sanitário do rebanho causados pela falta de uniformidade das crias.

QUESTÃO 49

Durante o preparo de touros para a estação de monta devem ser realizados testes e exames para controle e identificação de determinadas doenças que influenciam na capacidade reprodutiva desses animais. Dentre elas estão a

- (A) doença pulmonar obstrutiva crônica, a tricomonose e a babesiose.
- (B) erliquiose, a tuberculose e a doença pulmonar obstrutiva crônica.
- (C) tuberculose, a tricomonose e a campilobacteriose.
- (D) campilobacteriose, a babesiose e a erliquiose.

QUESTÃO 50

Leia o texto a seguir.

São erupções de pele, úmidas e interligadas que sangram facilmente. Podem ter origem nos tetos de vacas leiteiras após higienização com agentes irritativos (desinfetantes concentrados).

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tal descrição refere-se ao(à)

- (A) furunculose.
- (B) papilomatose.
- (C) exantema cutâneo.
- (D) hematoma mamário.

QUESTÃO 51

Porcas que não são submetidas as condições higiênicas adequadas durante o parto podem desenvolver uma tríade denominada de

- (A) mastite, metrite e agalactia.
- (B) metrite, agalactia e hidropisia das membranas fetais.
- (C) prolapso uterino, mastite e hidropisia das membranas fetais.
- (D) hidropisia das membranas fetais, metrite e prolapso uterino.

QUESTÃO 52

Com relação as enfermidades metabólicas em fêmeas bovinas, a super alimentação durante o período seco faz com que esses animais cheguem ao período de reprodução com uma condição corporal elevada. Tal fato propicia um maior número de casos relacionados à cetose

- (A) pelo estresse térmico durante o período seco, pois aumenta a temperatura corporal reduzindo o apetite e a ingestão alimentar. Fatores que induzem a oxidação dos ácidos graxos esterificados promovendo aumento na produção de corpos cetônicos.
- (B) pela menor composição de matéria seca em que as maiores reservas de gordura corporal promovem o desenvolvimento de resistência à insulina. Fato que permite uma maior mobilização da gordura do tecido adiposo, aumentando a produção de corpos cetônicos no fígado.
- (C) pela prática de alimentação utilizada em rebanhos localizados em ambientes quentes para compensar a redução da ingestão de matéria seca. Práticas de alimentação moderada tem sido uma alternativa na redução do estresse por calor, no entanto, aumenta a produção de corpos cetônicos.
- (D) pelos altos níveis de carboidratos da dieta que induzem a oxidação dos ácidos graxos esterificados que foram capturados pelo fígado, promovendo aumento na produção de corpos cetônicos. Consequentemente há o aumento da temperatura corporal, além da redução do apetite e da ingestão alimentar.

QUESTÃO 53

A doença da linha branca em bovinos é caracterizada

- (A) por uma infecção necrótica aguda que se origina de uma lesão na pele interdigital o que leva a celulite na região digital.
- (B) pela presença de úlceras localizadas na região da junção da sola/bulbo mais próximas da margem axial.
- (C) pela avulsão da junção fibrosa entre a sola e a parede na borda abaxial da sola.
- (D) pela presença de fissuras verticais na parede do casco que se estende entre a superfície dorsal e abaxial.

QUESTÃO 54

Encefalomalacia, diátese exsudativa e distrofia muscular em pintinhos são distúrbios clássicos causados pela deficiência de

- (A) vitamina E.
- (B) vitamina A.
- (C) vitamina D.
- (D) vitamina C.

QUESTÃO 55

Todo protocolo de pesquisa deve considerar a adoção de pontos finais humanitários, uma vez que, podem levar a alterações significativas no bem-estar animal, apesar da adoção de práticas de prevenção de dor, redução de estresse e estratégias de monitoramento adequadas. Assim, o ponto final humanitário contempla o

- (A) uso de analgésicos no controle da dor na fase final do protocolo experimental. O encerramento do procedimento doloroso poderá ser realizado ao término da fase experimental por meio de técnicas de eutanásia que consideram o conforto do modelo experimental e do pesquisador em realizá-la.
- (B) planejamento científico prevendo o ponto em que a pesquisa não deve ser interrompida para minimizar a dor e o distresse ao animal e, ao mesmo tempo, alcançar os objetivos científicos.
- (C) encerramento de um estudo por meio de técnicas de eutanásia que consideram o conforto do pesquisador em realizá-la quando os objetivos científicos já foram alcançados.
- (D) momento em que a dor, a angústia e ou desconforto de um animal em experimentação é encerrado, minimizado ou reduzido tomando ações como a eutanásia, encerramento do procedimento doloroso (protocolo experimental) ou tratamento definitivo para a dor.

QUESTÃO 56

O deslocamento do abomaso ocorre devido aos altos níveis de ácidos graxos voláteis e a excessiva fermentação que acarretam o acúmulo de gás e promovem a distensão. Por causa do gás, o abomaso flutua na parede abdominal, tanto para o lado direito quanto para o lado esquerdo. Embora menos comum, pode ocorrer torção do abomaso para direita em graus variáveis e apresentar

- (A) sinais clínicos crônicos com alterações hematológicas e eletrolíticas.
- (B) vólculo, caso a torção exceda 180°.
- (C) intussuscepção intestinal.
- (D) prolapso retal.

QUESTÃO 57

O controle e a erradicação das formas contagiosas da mastite bovina dependem

- (A) da redução na exposição de vacas não infectadas às infectadas durante a ordenha, do ambiente limpo e materiais da ordenha higienizados adequadamente, banhos de imersão com solução antisséptica dos tetos pré e pós ordenha e descarte de animais com mastite crônica não responsiva aos tratamentos.
- (B) da identificação e do tratamento clínico precoce com anti-inflamatórios e antibióticos sistêmicos, do contato de vacas infectadas às não infectadas durante a ordenha, do ambiente limpo e dos materiais da ordenha higienizados adequadamente e do uso de pedilúvios na entrada e na saída dos locais da ordenha.
- (C) do protocolo vacinal atualizado, do uso de pedilúvios na entrada e na saída dos locais da ordenha, do tratamento clínico precoce com anti-inflamatórios e antibióticos tópicos, banhos de imersão com antibióticos dos tetos pré ordenha e descarte de animais com mastite crônica não responsivos aos tratamentos.
- (D) do descarte de animais com mastite aguda não responsivos aos tratamentos, do protocolo vacinal atualizado, do uso de pedilúvios na entrada e na saída dos locais da ordenha, do melhoramento genético dos animais, do ambiente limpo e dos materiais da ordenha esterilizados adequadamente.

QUESTÃO 58

Leia o texto a seguir.

Em sua forma respiratória, observa-se pirexia, anorexia, tosse, sialorreia e dispneia. Com a evolução do quadro infeccioso, há o desenvolvimento de conjuntivite, as narinas tornam-se inflamadas e o corrimento nasal progride de seroso para mucopurulento, formando crostas. Estas, quando são removidas, deixam o nariz vermelho (*red nose*).

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tal descrição refere-se à:

- (A) influenza equina.
- (B) rinite atrofica suína.
- (C) rinotraqueíte infecciosa bovina.
- (D) pasteurelose pneumônica ovina.

QUESTÃO 59

A brucelose bovina é

- (A) uma doença contagiosa que está diretamente associada à atuação profissional relacionada à produção animal, principalmente em atividades que envolvem a manipulação de restos placentários, fluidos fetais e carcaças de animais contaminados pelo protozoário do gênero *Brucella*.
- (B) uma doença contagiosa sendo o aborto a principal manifestação clínica que ocorre no terço inicial de gestação em bovinos. A ingestão de carne, leite e derivados representa o maior risco à saúde pública.
- (C) uma zoonose causada por protozoários do gênero *Brucella* que são parasitas intracelulares facultativos com morfologia de cocobacilos gram-negativos. Representa risco à saúde pública pela ingestão de carnes e derivados não submetidos à inspeção sanitária.
- (D) uma zoonose e representa risco à saúde pública principalmente pela ingestão de leite cru e seus derivados não submetidos ao tratamento térmico. Mas também em atividades que envolvem a manipulação de restos placentários, fluidos fetais e carcaças de animais contaminados.

QUESTÃO 60

A claudicação em rebanhos leiteiros no mundo é considerada como uma das mais frequentes causas da queda da produção. Diversas são as causas que levam o animal a claudicar, sendo na sua maioria associada à agentes anaeróbicos. Dentre os microrganismos mais encontrados estão as espiroquetas do gênero *Treponema*. Condições precárias das instalações, com presença excessiva de matéria orgânica, favorecem a manifestação desta doença conhecida como

- (A) flegmão interdigital.
- (B) dermatite digital.
- (C) úlceras de sola.
- (D) erosão de talão.

RASCUNHO